

Pais de alunos pedem fim das mensalidades liberadas

BRASÍLIA — As 15 associações — representado cerca de 14 milhões de estudantes — que participaram ontem do I Encontro Nacional de Associações de Pais de Alunos decidiram pedir ao Ministro da Educação, Hugo Napoleão, a revogação do Decreto 95.720, que liberou o reajuste das mensalidades escolares. Hoje elas definirão quais as alternativas à liberação que serão levadas ao Governo.

Três propostas foram discutidas e nenhuma alcançou consenso. Ficou evidente, entretanto, que será criada a Federação Nacional de Pais (Fenapa). Para a Presidente da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), Carmelena Pereira, a cogestão, uma das propostas debatidas, "só incentivaria a omissão do Governo sobre o assunto". Na cogestão, pais de alunos e professores administrariam os colégios conjuntamente com seus diretores. As outras propostas — fortalecimento da escola pública com a criação de vagas para absorver atuais alunos de escolas particulares e implantação de uma fórmula de cálculo dos reajustes — também foram criticadas.



Dirigentes das Associações de Pais debatem uma das propostas

da Fenen existe uma supervalorização de alguns ítems sobre o custos dos colégios.

O Presidente da Associação de Pais de Alunos do Distrito Federal, Luiz Cassemiro, disse que uma nova fórmula para o cálculo dos reajustes das mensalidades, diferente da apresentada pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), poderia ser a solução. Para ele, na fórmula matemática

O Presidente da Associação de Pais de Alunos da Bahia, Pedro Trindade Barreto, disse que a fórmula da Fenen, adotada desde o ano passado, é inconstitucional. Ela elimina qualquer risco para as escolas, segundo ele.

A Presidente da Aperj, Carmer-

lena Pereira, sustentou que o decreto da liberação das mensalidades não deveria estar sendo aplicado no Rio de Janeiro. Ela informou que, em 22 de janeiro, a Associação assinou um acordo com os sindicatos dos colégios estabelecendo quatro ítems diferenciados para o Estado: na cidade do Rio de Janeiro, as escolas que pagam seus professores acima de 20% do piso salarial de categoria deveriam aumentar suas mensalidades em 54%; aquelas que pagam salários entre um e 20% acima do piso dos professores deveriam reajustar suas mensalidades em 56%, para os colégios da Baixada Fluminense e de São Gonçalo, o reajuste deveria situar-se em 60%; e, para as escolas do interior do Estado, o reajuste deveria ficar em torno de 65%.

A Presidente da Associação de Pais de Alunos de Escolas Particulares de São Paulo, Hebe Tolosa, também pediu a revogação do Decreto 95.720. A União Nacional dos Estudantes (UNE) vai entrar hoje no Supremo Tribunal Federal com uma petição de constitucionalidade do decreto.